

Inserção ecológica: metodologia para pesquisar risco e intervir com proteção

Simone de Biazzzi Ávila Batista da Silveira

Narjara Mendes Garcia

Angela Torma Pietro

Maria Angela Mattar Yunes

Uma das mais emblemáticas afirmações de Urie Bronfenbrenner foi explicitada em 1974, por ocasião de um convite que o referido autor recebeu para escrever o editorial do renomado periódico *Child Development*. Bronfenbrenner (1974) ressaltou a importância das políticas públicas para o bem-estar e desenvolvimento dos seres humanos. De forma articulada com suas proposições teóricas, o autor contestou a usual afirmação de que as políticas públicas sociais deviam ser construídas tendo como base os conhecimentos científicos. Em publicações subsequentes, Bronfenbrenner esclareceu sua posição sobre a necessidade de validade ecológica nos esforços científicos dos psicólogos do desenvolvimento, discorrendo criticamente sobre as condições experimentais artificiais criadas por alguns pesquisadores daquela época, e postulou que: “grande parte da Psicologia desenvolvimental é a ciência do comportamento desconhecido da criança em situações desconhecidas com adultos desconhecidos por períodos de tempo mais breves possíveis” (BRONFENBRENNER, 1979/1996, p. 16). Outras inquietações metodológicas de Bronfenbrenner foram expressas de forma recorrente ao longo de sua imensa e grandiosa obra e carreira. Entretanto, apesar de revisitar e reformular constantemente sua teoria, Bronfenbrenner nunca chegou a propor um método sistematizado de pesquisa a partir de suas proposições conceituais (CECCONELLO & KOLLER, 2003; PRATI, COUTO, MOURA, POLETTO & KOLLER, 2008).

Deve-se à iniciativa de um grupo de pesquisadores do sul do Brasil, a sistematização da metodologia intitulada Inserção Ecológica (CECCONELLO & KOLLER, 2003). Trata-se de uma estratégia inicialmente proposta a partir de uma pesquisa qualitativa sobre famílias em situação de risco e realizada em ambiente

natural. As autoras, Cecconello e Koller (2003) buscavam uma metodologia que adequasse os procedimentos de investigação à teoria dos Sistemas Ecológicos de Bronfenbrenner (BRONFENBRENNER, 1999; BRONFENBRENNER & EVANS, 2000; BRONFENBRENNER & MORRIS, 1998). Tendo em mente os quatro núcleos fundamentais da proposta teórica de Bronfenbrenner: Pessoa, Processo, Contexto e Tempo, a equipe de pesquisa inseriu-se no contexto ecológico das famílias, que foram acompanhadas ao longo de quatro anos, em visitas frequentes mediadas por observações permeadas por conversas informais e entrevistas. Como resultado do estudo, foi possível estabelecer hipóteses com relação aos processos de resiliência e vulnerabilidade e dar respostas às questões de pesquisa relativas às condições de resiliência e vulnerabilidade das famílias que viviam em condições adversas (CECCONELLO, 2003). Para as referidas autoras, ficou evidente que a Inserção Ecológica dos pesquisadores no ambiente a ser estudado contribui sobremaneira para o entendimento do desenvolvimento-em-contexto (BRONFENBRENNER, 1979/1996) e dos processos implicados. Esta mesma metodologia foi recentemente revisada por pesquisadores que reforçaram e esclareceram os princípios fundamentais dos procedimentos propostos (PRATI et al, 2008). A participação ativa e interativa dos pesquisadores com os participantes dos estudos durante a coleta e na fase de interpretação e devolução dos dados é mantida como um dos aspectos prioritários.

Neste artigo, pretende-se primeiramente elucidar os pressupostos da Inserção Ecológica. Em sequência, serão apresentadas algumas facetas das experiências dos trabalhos que vêm sendo realizados pelo Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua da Universidade Federal do Rio Grande – FURG junto às comunidades de baixa renda. Para tanto, serão abordadas as linhas gerais de cada um dos projetos, os objetivos de suas propostas de pesquisa/intervenção e a subsequente discussão dos principais resultados e conclusões. Trata-se de apresentar aos leitores, as possibilidades de adequação da Inserção Ecológica às propostas de intervenções conduzidas por nossas equipes em cada contexto.

A Inserção Ecológica: considerações e bases conceituais

Conforme já referido, a base teórica da Inserção Ecológica é a Abordagem Bioecológica de Desenvolvimento Humano (BRONFENBRENNER & MORRIS, 1998; BRONFENBRENNER, 1999) que propõe a compreensão do desenvolvi-

mento humano sob a ótica de quatro dimensões inter-relacionadas: o Processo, a Pessoa, o Contexto e o Tempo. Estas dimensões não devem ser consideradas como categorias definidas *a priori*, mas destinam-se a delimitar os focos da coleta e da análise dos dados de pesquisa. São, portanto, direções e sentidos para as quais o pesquisador lança o “olhar” holístico e sistêmico, buscando estabelecer interações significativas com as pessoas que integram os ambientes a serem estudados. Assim, as interações entre pesquisadores e pesquisados também passam a constituir processos relacionais ou “processos proximais” (BRONFENBRENNER & MORRIS, 1998) que possibilitam: a compreensão dos fenômenos pelos participantes; o desenvolvimento dos envolvidos na pesquisa (CECCONELLO & KOLLER, 2003) e os desdobramentos que geram intervenções. Nas pesquisas e intervenções que serão apresentadas neste artigo, o “olhar ecológico” dos pesquisadores sobre as dimensões propostas foram identificados a partir dos seguintes critérios:

- a) o Processo: pressupõe a ênfase nos processos proximais entendidos como formas particulares de interação entre o organismo e o ambiente, que no tempo operam de formas progressivamente mais complexas. Os processos proximais são definidos como motores do desenvolvimento e caracterizados por alguns aspectos apontados por Bronfenbrenner (1999) e transcritos por Narvaz e Koller (2004), que se constituem no que segue: para que o desenvolvimento ocorra é necessário que a pessoa esteja inserida em uma atividade, e esta interação deve acontecer efetiva, regular e reciprocamente, através de períodos prolongados de tempo. A atividade em questão deve ser progressivamente mais complexa e os objetos e símbolos presentes no ambiente imediato devem estimular a atenção, a exploração, a manipulação e a imaginação da pessoa em desenvolvimento.

A maioria das investigações que se beneficiam da Inserção Ecológica foca os processos proximais e busca o “compartilhamento de informações, percepções e sentimentos dentro da equipe, na qual as experiências individuais e os aspectos observados no ambiente são comunicados” (PRATI et al., 2008, p. 161). Portanto, os processos proximais se fazem evidentes no próprio grupo de pesquisadores.

- b) a Pessoa: de acordo com o modelo bioecológico de desenvolvimento, a pessoa é constituída tanto por características biopsicológicas como por características construídas nos processos proximais com os ambientes. Nesse sentido, o desenvolvimento humano depende de mudanças e estabilidades destas

características bio-psico-ambientais da pessoa. Estas características são produtoras e produtos do desenvolvimento, podendo ser visualizadas a partir de três dimensões: as disposições (movimentam e sustentam os processos proximais); os recursos (habilidades, experiências, conhecimentos requeridos para o funcionamento efetivo dos processos proximais nos diferentes estágios de desenvolvimento); e a demanda (convidam ou desencorajam reações do ambiente social, que favorecem ou não a operação dos processos proximais). O dinamismo dos processos ecológicos influenciará tais características pessoais que poderão ser geradoras (a pessoa apresenta curiosidade, possibilidades de adiar satisfação, firmeza para alcançar objetivos) ou disruptivas (pessoas com sinais de impulsividade nas suas ações e decisões, dificuldades em adiar gratificações e controlar emoções). Deve-se observar também a presença de recursos ativos (destrezas e experiências pessoais com resultados de construção de conhecimentos) ou passivos (dificuldades físicas, limitações geneticamente determinadas, doenças crônicas), além de sentimentos diversos que trazem/suscitam bem-estar psicológico ou sofrimento psíquico (BRONFENBRENNER & MORRIS, 1998).

- c) o Contexto: compreende quatro níveis ambientais, denominados microsistema, mesossistema, exossistema e macrosistema. Durante as diferentes etapas de Inserção Ecológica, os pesquisadores devem estar atentos a cada um destes sistemas e ao dinamismo das interações entre eles. O microsistema é representado por contextos em que ocorrem atividades, papéis e interações face-a-face da pessoa em desenvolvimento com objetos e símbolos que permeiam este espaço imediato. O microsistema é também o *setting* dos processos proximais. O mesossistema é a inter-relação entre dois ou mais microsistemas, ou seja, é composto por um conjunto de microsistemas e suas inter-relações. O exossistema é um contexto ecológico que envolve influências indiretas de ambientes não frequentados ativamente pela pessoa ou grupo, mas que atingem o desenvolvimento. E, finalmente, o macrosistema é composto pela “arquitetura” que define o conjunto de ideologias, valores, crenças, religiões, formas de governo, políticas públicas, culturas presentes no cotidiano das pessoas (BRONFENBRENNER, 1979/1996).
- d) o Tempo: apresenta-se como elemento fundamental para o desenvolvimento humano. Refere-se às alterações e mudanças no curso de vida, às transições

biológicas, ecológicas e sociais relacionadas a aspectos culturalmente estabelecidos, bem como à ocorrência de eventos históricos que influenciam a dinâmica dos processos entre pessoas e ambientes.

Para a identificação de tais núcleos é necessário o estabelecimento criterioso de procedimentos e instrumentos para a coleta e análise dos dados, tais como: observações naturalísticas e sistemáticas (acompanhadas de um detalhado diário de campo); levantamento da história de vida dos participantes (para trazer a análise da dimensão do tempo); entrevistas reflexivas (SZYMANSKI, 2001); grupos focais, entre tantas outras estratégias de delineamentos qualitativos. Além disso, a participação interativa e a imersão dos pesquisadores nos ambientes investigados é fundamental.

A seguir serão apresentados exemplos das experiências de pesquisa e intervenção que buscaram demonstrar peculiaridades acerca do desenvolvimento ecológico-sistêmico das pessoas/grupos em diferentes situações de risco. Os pressupostos metodológicos da Inserção Ecológica foram aplicados através do “mergulho” inicial e criterioso dos pesquisadores nos cenários da vida cotidiana das populações pesquisadas.

Pesquisas em situações de risco e intervenções com foco na saúde, proteção e resiliência¹

As investigações sobre as vidas e experiências de crianças, adolescentes e famílias em situações de vulnerabilidade social e ambiental da cidade de Rio Grande (RS) têm buscado acentuar os aspectos saudáveis do desenvolvimento psicológico das pessoas em detrimento das patologias individuais e sociais. As atividades de extensão têm como objetivo descentralizar as propriedades da produção científica, rompendo as barreiras dos muros da universidade para compartilhar os conhecimentos conquistados com todos os segmentos da rede de apoio social da comunidade. Acredita-se que, assim, tornar-se-á possível gerar transformações que beneficiem as realidades estudadas. Recentemente, foram implementados o NEAF (Núcleo de Estudo e Atenção às Famílias em

1 Na ocasião em que os projetos de pesquisa foram equacionados, o Comitê de Ética da Universidade Federal de Rio Grande não estava ainda constituído e, por isso, as referidas propostas não foram apreciadas. Entretanto, foram respeitadas todas as normas éticas de pesquisa com seres humanos previstas pelo Conselho Nacional de Saúde.

situação de risco) e o NECAF (Núcleo de Estudos sobre os Direitos de Crianças, Adolescentes e Famílias) que visam a compreender e fortalecer as possibilidades de resiliência nas comunidades trabalhadas.

Dentre as pesquisas desenvolvidas pelo NEAF, o estudo de Garcia (2007) utilizou a metodologia da Inserção Ecológica no ambiente familiar. A pesquisadora e sua equipe buscaram compreender os significados e sentidos da educação em três gerações de famílias de pescadores artesanais nos aspectos de transmissão geracional e dos processos de resiliência (GARCIA, 2007; GARCIA, YUNES, SANTOS & CHAVES, 2007). Para a realização desta pesquisa, foram escolhidas duas comunidades pesqueiras do município de Rio Grande (RS), sendo uma delas pertencente à zona rural e a outra à zona urbana. A inserção dos pesquisadores no ambiente das famílias foi um processo mais lento e gradual do que os expostos nos exemplos acima. Foi necessário conquistar a confiança das pessoas até receber o convite para entrar nas residências e realizar as entrevistas. *“Nem vou convidar vocês para entrarem na minha casa. Tenho vergonha desta pobreza, não tem um piso, um sofá direito”* (Maria, primeira geração/família da zona rural). *“Eu não sei nada de importante, não sei o que posso ajudar vocês!”* (Glória, segunda geração/família da zona urbana). Algumas vezes, as entrevistas não foram gravadas, e as visitas serviram apenas para conversar, interagir e criar uma atmosfera de proximidade com as famílias, aspecto fundamental nas investigações que têm como pano de fundo a Inserção Ecológica. *“Entrem, vou mostrar a casa pra vocês. Vocês querem tomar um café?”* (Maria, primeira geração/família da zona rural). *“A gente não tem porque não ajudar. A gente vê que vocês são pessoas simples que nem a gente. Não tem nariz empinado”* (Roberto, primeira geração/família zona urbana). É importante ressaltar que durante todas as etapas da Inserção Ecológica os pesquisadores devem manter suas identidades de pesquisadores, usando algum signo do projeto (crachá, camiseta, boné, etc.) e não devem usar subterfúgios que os descaracterizem (por exemplo, usar vestimentas que as pessoas dos bairros visitados mais frequentemente usam). Portanto, apesar da resistência inicial explicitada pelos participantes desta investigação, os pesquisadores foram acolhidos e tiveram o reconhecimento de suas funções e papéis em todas as etapas do processo.

Deve-se ressaltar que a Inserção Ecológica é um método que possibilita que os participantes da investigação reconheçam a importância da seriedade de atuação nas etapas da pesquisa: pesquisadores e pesquisados identificam-se com a realidade na qual se inserem para aprender a contar, ouvir e reconhecer as experiências e conhecimentos de si mesmos e dos “outros”. Assim, o anterior-

mente intitulado “*sujeito*” deixa de ser um sujeito passivo às técnicas propostas em ambientes por vezes descolados de suas realidades para serem “*participantes*” efetivos de todas as etapas dos projetos. No estudo realizado junto às famílias de pescadores artesanais, os resultados apontaram para evidências de linearidades na transmissão geracional dos saberes sobre a pesca (como ofício familiar) e na definição de papéis do homem e da mulher no desempenho desta atividade laboral. Além disso, foram detectadas transformações no modelo educacional das gerações anteriores, em que a forma mais atual de pensar a educação dos filhos é direcionada pelo diálogo e expressão da afetividade, antigamente mediadas por punições e autoritarismo. Estes resultados só foram passíveis de identificação e análise através de um cauteloso e gradual processo de inserção ambiental, pautado por relações de mútua confiança e compreensão de relatos de três gerações familiares.

Além do exemplo acima, a equipe do CEP-RUA/FURG procurou inserções que alcançavam mais de um ambiente, com vistas a identificar relações mesossistêmicas entre espaços de influência estudados. Neste mesmo diapasão de abordagem, com ênfase nas interações contextuais e mesossistêmicas, a pesquisa de mestrado de Silveira (2007), traçou um estudo no Ambiente Judiciário. Este ambiente foi compreendido como aqueles espaços usuais de distribuição da justiça – Foro, Defensoria Pública, Promotoria de Justiça, bem como os Serviços de Atendimento Jurídico Gratuito e até as salas de recepção, espera e audiência com Promotores, Defensores e Juízes do Fórum Municipal. Focalizaram-se as interações destas pessoas contextualizadas em seus ambientes de trabalho judicial com as famílias em situação de pobreza. A questão era identificar, analisar e refletir sobre os mecanismos de risco ou de proteção destas interações para a qualidade das relações familiares. Para tanto, foi delimitado um estudo que investigou processos, interações e mecanismos relacionais do atendimento judiciário oferecido às famílias pobres em situação de conflito. A Inserção Ecológica retratou-se no acompanhamento do cotidiano de uma Vara de Família. A pesquisadora participava como observadora atenta, não somente nas salas de audiências e nos balcões de atendimento, mas, sobretudo, nas salas de espera e nos saguões do prédio do Foro. Nestes espaços, foi possível manter contato direto com muitas pessoas cujos conflitos estavam sendo discutidos judicialmente. A observação naturalística seguida de registro em diário de campo deu sentido às entrevistas semiestruturadas feitas na sequência com os profissionais da área jurídica e com uma família atendida pelo Judiciário naquela ocasião. A pesquisadora observou

que as falas nas entrevistas dos profissionais nem sempre se adequavam à prática cotidiana, sendo um dos aspectos marcantes deste descompasso o entendimento dos profissionais sobre a importância do ambiente familiar no desenvolvimento humano. Entendiam que seria sua obrigação profissional, trabalhar para resolver efetivamente o conflito familiar e oportunizar a continuidade dos relacionamentos sem perda do vínculo da família, mas, paradoxalmente, os profissionais não viam na justiça o meio adequado para a resolução dos conflitos familiares. Como diria o dito popular: *“roupa suja se lava em casa”* ou *“em briga de marido e mulher não se mete a colher”*. Esta era a ideia reinante: apesar de atuarem na condução do conflito judicializado, expressavam a ideia de que os conflitos familiares devem permanecer intramuros, não devendo ser discutidos perante outras pessoas, e que problemas familiares devem ser resolvidos no recesso do lar, longe dos olhares estranhos. A permanência da pesquisadora no referido contexto possibilitou acompanhar várias facetas das práticas profissionais, por meio de suas conversas informais e de suas reações diante dos conflitos levados a Juízo. Foi possível perceber que, em alguns casos, os conflitos manifestos pelas famílias, *“bocavam”* os profissionais, na medida em que se mostravam *“inadequados”* aos valores tradicionais do núcleo familiar burguês. Estas e tantas outras reflexões somente foram possíveis pela *“imersão”* da pesquisadora no ambiente estudado durante dois meses consecutivos. A visão contextualizada possibilitou contemplar diferentes aspectos das crenças dos profissionais sobre o mundo familiar, segundo eles, ameaçado pelo sistema jurídico e adversarial. Este sistema é o mais reconhecido como fator de risco para o apaziguamento das relações familiares. Por sua vez, as famílias observadas nas salas referidas e a família entrevistada não reconheceram o judiciário como ambiente à disposição da população para salvaguardar interesses particulares e coletivos. As famílias alegaram que, após o ajuizamento de uma ação judicial, a comunicação familiar fica muito mais difícil, sendo relatado o bloqueio do diálogo entre as pessoas envolvidas (marido e mulher), estabelecido somente através do judiciário e com linguagem específica do Direito. Todas estas categorias, que emergiram inicialmente das falas nas entrevistas com as famílias, restaram confirmadas nas observações naturalísticas, quando foi possível perceber o desconforto da população mais pobre e usuária dos serviços de assistência judiciária gratuita. A total ausência de conhecimentos das formalidades legais e dos ritos próprios do ambiente judiciário era percebida cotidianamente, como referência estigmatizante de tal população. Estes resultados apontam para uma desconexão entre os profissionais do judiciário e

os indivíduos envolvidos nas questões familiares, o que pode trazer dificuldades na condução dos conflitos e na implementação de mecanismos de proteção para melhor qualidade das relações familiares.

Mais um trabalho a ser citado é a pesquisa de Mestrado de Pietro (2007) que buscou discutir as vicissitudes das situações de denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes no âmbito das escolas. É consenso que docentes e demais profissionais do sistema escolar devem estar preparados para identificar e avaliar possíveis indicadores de violência intra ou extrafamiliar. No entanto, sabe-se que o “*pacto de segredo*” condiciona, dificulta e encobre os indícios das ocorrências de abuso sexual em contextos múltiplos. E, que, muitas vezes, será no ambiente escolar que as crianças e adolescentes “quebrarão” o silêncio para pedir socorro. Diante destas questões, este trabalho teve por objetivo: compreender como se dá (ou não se dá) a denúncia de casos de abuso sexual intra/extrafamiliar neste contexto, pelas ações de diretores, professores e funcionários. E ainda, desenvolver um programa de atendimento aos professores do primeiro e segundo ano do ensino fundamental no que tange à sua obrigação ético-moral e de proteção da criança e dele mesmo, em casos de violência sexual de seus alunos. O *locus* estudado foi uma escola pública localizada no extremo sul do Brasil, e foi elaborado um conjunto de ações com agentes sociais dos vários segmentos da rede de proteção à infância e juventude.

A Inserção Ecológica (CECCONELLO & KOLLER, 2003) dos pesquisadores no ambiente permeou todas as fases constituindo o principal instrumento de pesquisa. Neste caso, o ambiente escolar eleito foi visitado e observado com uma frequência semanal sistemática (duas vezes por semana em turnos alternados) durante dois meses. Pretendeu-se com isso, observar a organização escolar e verificar o que se faz, como se faz, a quem se recorre em casos de abuso. Conforme indicado, a Inserção Ecológica deve buscar analisar os quatro aspectos-chave da teoria bioecológica: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo (BRONFENBRENNER, 1979/1996). Importante ressaltar que esta metodologia pode oferecer as bases das propostas de intervenção. O instrumento prioritário para a coleta de dados neste caso foi o diário de campo. Neste, foram registrados todos os acontecimentos e as percepções dos pesquisadores acerca do funcionamento escolar. Ainda nesta etapa foram feitas entrevistas com os professores do ensino fundamental da escola. As falas durante as entrevistas e as observações denotaram a presença das famílias para além dos muros e grades da escola e foram detectados episódios que sugerem o distanciamento relacional entre professores/

funcionários e familiares dos alunos. Ficou evidente que as famílias são tratadas com indiferença, “*desde a secretária até a professora de classe*”. Como de praxe, os profissionais solicitavam a presença das famílias na escola somente para a entrega dos boletins. Quanto à situação de abuso sexual, os educadores reconheceram suas dificuldades e o desconhecimento do tema. Enfatizaram a necessidade de ter apoio da rede de atendimento comunitário e relataram ações que afastam a criança e a família da escola. Sabe-se que em famílias em que ocorre violência intrafamiliar existe o pacto de silêncio. Quando inquiridos frontalmente, os membros negam o que está ocorrendo; portanto, nestas situações chamar a família pode contribuir para que a criança seja revitimizada. Um caso relatado por uma das professoras demonstra que a família de um aluno retirou a criança da escola e mudou-se de bairro logo após ter sido chamada pela diretora para falar da suspeita de abuso sexual contra a criança.

O passo seguinte para construção da estratégia de intervenção foi o convite aos professores para um encontro grupal, no qual se usou a técnica do grupo focal (DE ANTONI et al., 2001) para debater questões relacionadas ao tema da violência sexual contra crianças e adolescentes. Como seguimento deste processo, foi aplicado um jogo de sentenças incompletas (DE ANTONI, YUNES, HABIGZANG & KOLLER, 2006) individualmente com cada professor. Os resultados das análises reiteraram o conhecimento superficial das leis de proteção à infância e juventude enfatizando a questão da segurança como principal elemento das leis. Quanto aos indicadores das situações de abuso sexual e suas expressões na escola, a maioria das professoras aponta somente indícios comportamentais, destacando agressividade e isolamento. As famílias dos estudantes são mais uma vez percebidas de forma preconceituosa e estereotipada: “*um problema*”; “*desfavoráveis*”; “*omissas*”; “*desinteressadas*”. São estes os adjetivos que aparecem na fala da maioria das professoras e nenhuma delas possui algum projeto que aproxime a família da escola. Ao se posicionarem acerca de atitudes em caso de suspeita de abuso sexual, somente duas professoras denunciariam e as outras responderam que investigariam, buscariam ajuda de órgãos competentes ou orientação na escola ou no Conselho Tutelar. Quanto aos aspectos da responsabilidade e papel do educador, as professoras parecem estar cientes da importância de suas funções de “*educar para a vida*”, “*fundamental*” e que é “*Importante, pois depois da família, será o professor o seu exemplo, sua segurança*”; “*Muito importante e indispensável*”.

Durante todos os momentos relatados acima e que precederam a elaboração da proposta de intervenção propriamente dita, as professoras mostravam muito

entusiasmo e desejo em aprender mais profundamente o tema. Saber como agir tanto com o aluno quanto com a família era ressaltado pelas educadoras. Além dos aspectos apontados que revelaram o despreparo e a escassez de informações na formação de educadores, é preciso incentivar os professores a lidar de forma protetora nestas situações.

O retorno dos resultados às comunidades pesquisadas: etapa fundamental da Inserção Ecológica

As pesquisas apresentadas com as diferentes populações e segmentos da rede de apoio social da cidade de Rio Grande (RS) constataram a necessidade de devolução dos achados para transformar e adequar os mecanismos de desenvolvimento dos processos proximais intercontextuais e interpessoais. Outrossim, pode-se afirmar que é preciso trabalhar para (re)ajustar as percepções dos agentes sociais acerca de grupos que vivem situação de pobreza. Para tanto, logo após o encerramento dos estudos supracitados, foram propostas atividades de capacitação/reflexão de cuidadores e trabalhadores sociais envolvidos em atendimento de pessoas, grupos e comunidades em situações de risco. Além da realização de encontros e cursos com os profissionais que integram estes segmentos da rede de apoio social, dos quais se destacam: conselheiros tutelares, cuidadores de instituições, agentes comunitários de saúde, lideranças comunitárias e professores da rede pública de ensino, a equipe do CEP-Rua, NEAF e NECAF optou por investir na origem da formação de tais profissionais. Foram oferecidos seminários e oficinas nos cursos de formação dos agentes ou durante o curso de graduação universitária. Os cursos universitários são responsáveis pela formação de profissionais que atuam em várias áreas de conhecimento e, portanto, é preciso intervir nestes estágios de processos de ensino-aprendizagem.

Outras formas devolutivas dos achados das pesquisas traduzem-se pelas atividades de extensão do CEP-Rua/FURG e são desenvolvidas mais diretamente em Programas de Apoio e Atenção para promover o atendimento psicossocial e educativo de crianças, adolescentes, familiares e trabalhadores implicados na rede de apoio social. Os Programas são desenvolvidos tanto em parceria com outros centros da FURG como da própria comunidade. Os objetivos são voltados para ações de desenvolvimento saudável e processos de resiliência de crianças, adolescentes, jovens e seus familiares. Atualmente, um dos Programas tem focado as populações pobres de bairros circunvizinhos à Universidade e visa

a promover cidadania e garantia dos direitos da infância e juventude, direito ao atendimento pelos profissionais da saúde, combate aos abusos, violência e exploração sexual, oportunidade de atividades socioculturais, formação inicial e continuada aos profissionais sociais e potencialização de espaços de geração de trabalho e renda. Dentre os projetos realizados, destacar-se-ão três propostas para exemplificar os detalhes dos procedimentos: a) Encontros Dialógicos com as Famílias; b) Projeto de Direito Solidário e c) Programa de Intervenção Psicoeducacional com Professores do Ensino Fundamental: Construindo estratégias contra o Abuso Sexual.

Encontros Dialógicos com as Famílias: Este projeto se realizou através de encontros grupais sistemáticos na Associação dos Moradores e nas residências das famílias. É importante afirmar que a Inserção Ecológica respalda não apenas os trabalhos de pesquisa, mas também subsidia intervenções, posto que neste caso auxilia a identificação diagnóstica das práticas educativas familiares, os estilos parentais e as necessidades e prioridades desta população. Para obtenção destes dados iniciais, foram realizadas visitas na comunidade e domicílios para conhecer e compreender a realidade desta população, bem como para comunicar, explicar, contratar e obter concordância das participações na proposta educativa. Os encontros orientados e acompanhados por um agente comunitário de saúde foram quinzenais com a duração de aproximadamente uma hora e meia. Participaram destes encontros mulheres/mães/avós que na maioria das vezes são as únicas responsáveis pela criação e educação dos filhos, com esporádicas presenças de homens/pais, adolescentes e crianças. Nestes encontros, o grupo teve um tempo/espaço dedicado ao relato de experiências no cuidado/educação, o que pareceu ajudar a pensar novas possibilidades de práticas sociais em favor do desenvolvimento infantil. As reuniões foram mediadas por profissionais especializados na área da educação familiar e educadores em geral. Os temas mais frequentemente debatidos foram: dúvidas sobre a criação e educação das crianças e adolescentes quanto aos limites, disciplina, expressões de sexualidade, agressividade, uso de substâncias psicoativas e timidez, direitos e deveres da família e o efetivo papel dos serviços de apoio social, principalmente do Conselho Tutelar. Estes encontros com as famílias evidenciaram que os assuntos abordados são atravessados pela preocupação na formação de seus filhos como cidadãos conscientes do panorama social e político vivido por eles. Assim, os encontros sobre as formas de educar

em famílias procuraram fomentar o diálogo como regra fundamental das relações interpessoais, a afetividade, a colaboração e o exercício de cidadania com base no equilíbrio de poder e democracia.

Direito Solidário: Este projeto teve por finalidade atender a comunidade pobre, esclarecendo seus direitos e atuando na condução dos conflitos existentes nas mais diversas áreas do conhecimento jurídico. A referida proposta teve em sua pauta a ideia da transformação na forma de atuação dos acadêmicos do curso de Direito, tendo em vista sua participação ativa nas comunidades e o foco na mudança de atitudes não somente na condução dos conflitos, mas, sobretudo, na trajetória pessoal dos acadêmicos que contam com a possibilidade efetiva de participar de atividades humanizantes. Estas, conforme Bronfenbrenner (1979/1996), são fundamentais para a formação do indivíduo. O fato de um jovem terminar seu curso universitário sem jamais ter cuidado de alguém, ou ajudado outro ser humano que realmente precisava de sua ajuda, é uma realidade presente nos bancos escolares do Brasil, ainda mais quando se trata de uma universidade pública, cuja dificuldade de ingresso é notória. A seriedade deste fato fica exacerbada quando se trata de uma área que apresenta um leque de possibilidades de atuação tão amplo como o curso de Direito em nosso país. É um curso que forma os futuros advogados, juizes, promotores, delegados de polícia, diplomatas, enfim, uma gama muito grande de profissionais que influenciam decisivamente a vida das comunidades e, mais ainda, a vida das comunidades em situação de pobreza. Descartar a influência que a trajetória pessoal de cada acadêmico pode exercer sobre a vida destas comunidades significa desconsiderar a ecologia das relações. Assim, o projeto visou, entre outros objetivos, proporcionar ao estudante do curso de Direito a prática dos conhecimentos teóricos, mas de forma a possibilitar que o acadêmico praticasse a Inserção Ecológica nas comunidades atendidas. O objetivo era proporcionar ao aluno o real e efetivo entendimento da situação em que vive a comunidade, seus anseios, suas prioridades e suas necessidades de atenção pela rede pública. A proposta de Direito Solidário buscava ainda aproximar o acadêmico dos sonhos da comunidade, suas pretensões, suas batalhas diárias, suas alegrias, suas maneiras próprias de enfrentar as inúmeras dificuldades. Não se trata tão somente de ensinar técnicas de atendimento, mas empenhar-se no atendimento. Este envolvimento proporciona ao aluno uma visão ecológica dos problemas jurídicos ao mesmo tempo em que propicia a experiência da solidariedade, categoria vital nas interações sociais. Para Bronfenbrenner (1996, p. 43) “nenhuma sociedade pode se sustentar

muito tempo, a menos que seus membros tenham aprendido as sensibilidades, motivações e habilidades envolvidas na ajuda e no atendimento aos outros seres humanos”. E estas sensibilidades, somente são possíveis de serem experienciadas com a utilização do método de Inserção Ecológica, através do qual o acadêmico passa a integrar o meio pesquisado, o que lhe possibilita um contato mais efetivo com as condições de vida das pessoas das comunidades pobres.

Programa de Intervenção Psicoeducacional com Professores do Ensino Fundamental: Construindo estratégias contra o Abuso Sexual: A partir das considerações suscitadas pelos resultados dos quatro momentos investigativos no contexto escolar, foi elaborada uma proposta de programa psicoeducacional para ser desenvolvido em cinco reuniões na própria escola e com a participação dos professores do Ensino Fundamental. Os achados descritos acima levaram a propor uma sequência de temas em forma de módulos a serem trabalhados com grupos de professores na seguinte ordem: Módulo 1 – Abuso Sexual: definições, sinais e vitimização da criança/adolescente; Módulo 2 – Família e violência: fatores determinantes; Módulo 3 – Aspectos legais que envolvem o abuso sexual; Módulo 4 – Denúncia e Responsabilidade do educador; Módulo 5 – Estudos de caso: neste módulo serão apresentados casos práticos aos professores visando observar quais serão seus encaminhamentos. Foi elaborada uma apostila para ser entregue para cada participante. Os textos continham os assuntos abordados e discutidos em cada módulo com as devidas referências. Após a aplicação do programa, foi realizada uma nova reunião do grupo para *feedback* sobre a aplicação do programa. A proposta apresentada está longe de ser a solução final para este problema social de tamanha abrangência e complexidade. Entretanto, é uma alternativa para promover mudanças nas práticas educativas escolares por meio de uma intervenção em um contexto que, além de ser a porta de entrada para a educação formal, deve preocupar-se com o desenvolvimento integral dos educandos. A escola não pode mais furtar-se às suas responsabilidades sociais de propiciar proteção não apenas às crianças e adolescentes, mas também às famílias de seus alunos. Em muitos locais, a escola é o único ponto de apoio afetivo e social da rede e por isso deve estar preparada para interagir com seu público de maneira humana e respeitosa.

Considerações finais

A partir dos estudos e intervenções realizados nos últimos dez anos pelo CEP-Rua da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, pode-se notar que as populações investigadas apontam suas diferentes e expressivas possibilidades de resiliência diante das situações de risco. A Inserção Ecológica provou ser uma importante ferramenta não apenas para as pesquisas, mas também para as intervenções, pois possibilita avaliar e conhecer as reais condições de risco, o que permite projetar ações e intervenções de proteção e geradoras de resiliência nessas populações. A postura dos pesquisadores interfere sobremaneira nos resultados obtidos e, conforme Prati et AL. (2008) é “imprescindível que eles estejam dispostos a se integrar no contexto, relacionando-se da maneira adequada, comprometida, ética e mais próxima possível dos participantes” (p. 162). A partir desta condição, a Inserção Ecológica pode contribuir para a compreensão de processos proximais significativos entre os participantes e destes com os pesquisadores. Nesta ótica, a pesquisa e a intervenção tornam-se oportunidades de interações efetivas podendo, portanto, ampliar o mundo de relações e de significados que colaboram para o desenvolvimento humano. Este movimento de reciprocidade é importante, pois confere à Inserção Ecológica um *status* que transcende o de mera estratégia ou “ferramenta” de pesquisa. Vale ressaltar que as interações e processos proximais potencializados pela Inserção Ecológica em diferentes ambientes validam e legitimam os dados coletados, contribuindo para o melhor entendimento dos fenômenos estudados e minimizam o distanciamento entre as interpretações e a realidade investigada.

As pesquisas e intervenções desenvolvidas pela equipe do CEP-RUA/FURG têm buscado criar e inovar formas de aproximação com a comunidade, tendo como meta principal o bem-estar individual e coletivo das populações em situação de risco. Pode-se constatar que os saberes que subsidiam a pesquisa e a intervenção, não se contrapõem e, ao contrário, caminham lado a lado, de “*mãos dadas*”...

Resumo

Este artigo apresenta a Inserção Ecológica como estratégia metodológica norteadora de propostas de investigações e de intervenções em diferentes situações de risco. Esta metodologia tem por base teórica a Bioecologia do Desenvolvimento Humano e constitui-se em um recurso metodológico

eficaz que, além de ajustar-se a cada realidade pesquisada, possibilita compreender e intervir nos processos de desenvolvimento ecológico-sistêmico das pessoas e grupos em contexto natural. O trabalho discute ainda, as possibilidades de a Inserção Ecológica associar-se a outros procedimentos que potencializam a qualidade das análises das situações de risco e permitem visualizar e operacionalizar mecanismos de proteção que podem gerar processos de resiliência.

Palavras-chave: método; populações em situação de risco; inserção.

Abstract

This article presents the Ecological Engagement as a methodological strategy which directs investigation and intervention proposals concerning that live different risk situation. This methodology has as theoretical basis, the Bioecology of Human Development and is an efficient methodological resource that adjusts at each researched reality and allows comprehension and intervention at the ecological-systemic development of people and groups in natural contexts. The text also discuss the possibilities of the Ecological Engagement being associated to other procedures that enhance the quality of analyses of risk situations and permit to visualize and to apply in practice mechanisms of protection that may bring resilience processes.

Keywords: *method; risk populations; engagement.*

Resumen

Ese artículo presenta la Inserción Ecológica como estrategia metodológica norteadora de propuestas de investigación y intervención en diferentes situaciones de riesgos. La base teórica de la referida metodología es la Bioecología del desarrollo humano y se compone en un recurso metodológico eficaz que, además de ajustarse a cada realidad pesquisada, possibilita comprender e intervenir en los procesos de desarrollo ecológico-sistêmico de las personas y grupos en contexto natural. Todavía el trabajo discute las posibilidades de la inserción Ecológica asociarse a otros procedimientos que potencializan la calidad de las análisis de las situaciones de riesgo para visualizar y operacionalizar mecanismos de protección que pueden generar procesos de resiliencia.

Palabras clave: *método; poblaciones en situación de riesgo; inserción.*

Referências

Bronfenbrenner, U. (1974). Developmental research, public policy, and the ecology of childhood. *Child Development*, 45, (1-5).

_____. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre, Artes Médicas. (Original publicado em 1979).

- Bronfenbrenner, U. (1999) Environments in developmental perspective: Theoretical and operational models. In: Friedmann, Y. L. & Wachs, T. D. (orgs.). *Captation and assessment of environments across the life*. Washington, American Psychological Association.
- . & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. In: Damon, W. (ed.). *Handbook of child psychology. Vol. 1*. Nova York, NY, John Wiley & Sons, pp. 993-1027.
- Cecconello, A. M., & Koller, S. H. (2003). Inserção Ecológica na comunidade: Uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), pp. 515-524.
- De Antoni, C.; Martins, C.; Ferronato, M. A.; Simões, A.; Maurente, V.; Costa, F. & Koller, S. H. (2001). Grupo Focal: método qualitativo de pesquisa com adolescentes em situação de risco. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 53(2), pp. 38-53.
- ; Yunes, M. A., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2006). *Intervenção com cuidadores de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual*. Projeto de Pesquisa Não-Publicado. CEP-RUA Novo Hamburgo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Garcia, N. M. (2007). *Educação nas famílias de pescadores artesanais: Transmissão geracional e processos de resiliência*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande (RS).
- ; Yunes, M. A. M.; Santos, L. O.; Chaves, P. F. (2007). Educando meninos e meninas: A transmissão geracional da pesca artesanal no ambiente familiar. *Psicologia da Educação*, PUC-SP.
- Narvaz, M. G.; Koller, S. H. (2004). O modelo bioecológico do desenvolvimento humano. In: Koller, S. H. (org.). *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil*. São Paulo, Casa do Psicólogo.
- Pietro, A. T. (2007). *A denúncia de abuso sexual no ambiente escolar: o estudo de uma proposta de intervenção para professores do Ensino Fundamental*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande (RS).
- Prati, L. E.; Couto, M. C. P. P.; Moura, A.; Poletto, M. & Koller, S. H. (2008). Revisando a Inserção Ecológica: uma proposta de sistematização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), pp. 160-169.

- Silveira, S. B. (2007). *O ambiente judiciário e as interações com as famílias pobres: risco ou proteção às relações familiares?* Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande (RS).
- Szymanski, H. (2001). Entrevista reflexiva: um olhar psicológico para a entrevista em pesquisa. *Psicologia da Educação*, 11/12, pp. 193-215.
- Yunes, M. A. M. (2003). Psicologia positiva e resiliência: O foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo*, 8, 75-84.
- _____. & Szymanski, H. (2001). Resiliência: Noção, conceitos afins e considerações críticas. In: Tavares, J. (ed.). *Resiliência e Educação*. São Paulo, Cortez, pp. 13-42.

Simone de Biazzzi Ávila Batista da Silveira

Advogada e Mestre em Educação Ambiental. Professora Assistente da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

Narjara Mendes Garcia

Pedagoga e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

Angela Torma Pietro

Advogada e Mestre em Educação Ambiental. Professora Substituta do Instituto de Educação da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

Maria Angela Mattar Yunes

Psicóloga e Doutora em Educação: Psicologia da Educação. Professora Adjunta do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

E-mail: mamyunes@yahoo.com.br